

O PERÍODO ENTREGUERRAS

*“Isso não é paz. Isso é um armistício por vinte anos”.*³⁵

Ferdinand Foch, marechal francês,
sobre os tratados de paz da I Guerra
Mundial

Em 1919, nas conferências de paz em Paris, que puseram fim à Primeira Guerra Mundial, os líderes dos países vitoriosos resolveram considerar o conflito recém-terminado como a “guerra para acabar com todas as guerras”. Pensando nesta aspiração, decidiram criar uma assembleia de países, que teria como principal função mediar conflitos, tendo em vista manter a paz mundial. Tal propósito concretizou-se em janeiro de 1920, quando foi instalada, em Bruxelas, a Liga das Nações.

Para cumprir seu objetivo principal, a Liga das Nações poderia valer-se do poder de coerção de seus membros, para estabelecer sanções a países que ameaçassem a integridade territorial ou a independência de outros estados. A Liga, entretanto, surgiu com um sério problema, que em muito a enfraquecia: a ausência dos Estados Unidos, cujo Congresso não ratificou a decisão do presidente Woodrow Wilson de incluir seu país na nova organização.

A vitória dos aliados na Primeira Guerra Mundial, liderada por países democrata-liberais (Inglaterra, França e Estados Unidos), ensejou também a adoção deste tipo de regime em diversos outros, como Tchecoslováquia, Polônia, Alemanha e Áustria. Apesar das crises sociais, econômicas e políticas que se seguiram ao término da guerra, os novos governos democrata-liberais mantiveram-se firmes.

Na Itália, porém, instalou-se um regime de natureza bem diferente. Isso aconteceu porque seus problemas econômicos, decorrentes do esforço de guerra, eram muito acentuados (áreas industriais e agrícolas destruídas, elevada dívida externa, desemprego e inflação). Para agravar, algumas promessas de compensação territorial feitas pelos aliados não se efetivaram, resultando em grandes descontentamentos. Isso fez explodir uma crise social. De norte a sul, ocorreram tumultos (saques, greves, ocupações de fábricas, rebeliões e desordens), muitos dos quais liderados por elementos de esquerda (comunistas e anarquistas).

³⁵ Apud Young, 1980, p.12.

O governo parlamentar italiano mostrou-se incapaz de restabelecer a ordem, levando a burguesia conservadora, que temia o avanço das forças de esquerda, a apoiar um partido de extrema-direita, ultranacionalista, denominado fascista. O Partido Fascista era liderado por Benito Mussolini, e dele faziam parte muitos ex-combatentes, não adaptados à vida civil, que recorriam à violência para alcançar objetivos políticos.

Em 1922, os fascistas realizaram um movimento que ficou conhecido como “Marcha sobre Roma”, por meio do qual exigiram, do rei italiano Vítor Emanuel III, o governo do país. O monarca, sentindo-se pressionado, e, ao mesmo tempo, considerando ser um governo fascista a solução para os problemas italianos, nomeou Mussolini para o cargo de primeiro-ministro. No poder, o líder fascista calou as oposições e implementou uma série de medidas drásticas que restabeleceram a ordem social e aliviaram os problemas econômicos. Em 1925, os fascistas, já tendo estruturado um regime totalitário, passaram a dar ênfase à militarização e à expansão territorial da Itália.

Outro estado que destoava, no cenário internacional, no início da década de 1920, era a Rússia. Nesse país, os revolucionários comunistas, conhecidos como “vermelhos”, liderados por Vladimir Lenin, que se haviam instalado no poder em 1917, tiveram de enfrentar opositores, denominados “brancos”, em uma sangrenta guerra civil. No final do embate, os “brancos”, mesmo apoiados por nações ocidentais que intervieram no conflito temendo uma “contaminação” da Europa Ocidental pelos ideais comunistas, acabaram derrotados. Os “vermelhos”, então, consolidaram-se no poder, implantando um estado totalitário de extrema-esquerda, denominado, em 1922, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

FASCISMO E COMUNISMO

Na Itália, nos pós-guerra, os fascistas defendiam o culto e obediência ao chefe de seu partido e ao Estado. Apresentavam-se como inimigos do comunismo e da democracia, e apregoavam a sujeição do indivíduo aos interesses maiores do Estado. Diziam caber ao Estado controlar a economia nacional e harmonizar as relações entre patrões e empregados. Nas relações internacionais, os fascistas eram partidários da expansão territorial de sua pátria, vista como uma forma de engrandecê-la. O nazismo, que surgiria mais tarde na Alemanha, também era um regime fascista, só que com um componente a mais, o racismo.

Os adeptos do comunismo pregavam um regime no qual a propriedade dos bens e dos meios de produção fosse comum a todos. A implantação de tal regime, no entanto, necessariamente teria de ser precedida pelo socialismo e ser gerido por uma “ditadura do proletariado”, responsável pelo estabelecimento das condições necessárias para chegar-se ao comunismo.

Com a morte de Lenin em 1924, assumiu o poder Josef Stalin, que expulsou ou executou seus opositores (de dentro e fora do Partido Comunista), passando a controlar firmemente o poder. Stalin implantou também uma economia planificada, tendo em vista equiparar a produção agrícola e industrial soviética à das potências ocidentais. Para isso estabeleceu planos quinquenais, através dos quais fixou metas de produção, que a qualquer custo deveriam ser atingidas.

A estabilidade mundial que tomava forma, no entanto, passou a ser ameaçada na segunda metade da década de 1920, quando a economia norte-americana, a principal do globo, passou a apresentar problemas. O principal deles era o da superprodução.

A superprodução norte-americana aconteceu porque os Estados Unidos, durante a guerra mundial, aumentaram muito sua produção para suprir as necessidades do mercado internacional, já que os grandes países europeus, em guerra, não podiam fazê-lo. Após a Grande Guerra, entretanto, os países europeus recuperaram gradativamente as suas economias, passando a importar menos dos Estados Unidos e a competir com os norte-americanos no mercado internacional. Paralelamente, a crescente mecanização nos campos e nas indústrias fez aumentar o desemprego e impediu a elevação dos salários nos Estados Unidos. Em virtude de tais fatos, houve falta de consumidores no mercado externo e interno para os produtos norte-americanos, que passaram a ser estocados. Em consequência do acúmulo de mercadorias, agricultores e industriais tiveram de diminuir sua produção, o que significou a demissão de trabalhadores e, assim, a redução ainda maior do número de consumidores. Desse modo, instalava-se na economia norte-americana um círculo vicioso, que resultaria em uma crise.

Em face da euforia progressista nos Estados Unidos, no início da década de 1920, tais problemas não foram levados em conta, continuando os investidores a aplicar em ações na Bolsa de Valores. Muitas vezes, os investidores comercializavam as ações a preços elevados, que não condiziam com a real situação das empresas. Quando a crise econômica chegou à Bolsa de Nova Iorque, em 1929, os preços das ações baixaram para seus valores reais. Os acionistas tentaram vendê-las, mas não encontraram compradores. Em 29 de outubro, a Bolsa de Nova Iorque “quebrou”, ou seja, as operações foram suspensas devido ao excesso de oferta de ações, que ininterruptamente baixavam de valor por falta de demanda. A crise, então, se generalizou, levando milhares de bancos, indústrias e empresas rurais à falência, o que fez aumentar ainda mais o número de pessoas desempregadas.

Para fazer frente à crise, os Estados Unidos reduziram drasticamente a compra de produtos estrangeiros e suspenderam (ou cobraram) empréstimos a outros países. Dessa forma, a crise norte-americana propagou-se internacionalmente, tendo início a “Grande Depressão” (período de crise econômica internacional que se sucedeu à quebra da Bolsa de Nova Iorque).

A depressão atingiu em cheio os regimes democrático-liberais, que subsistiram em países onde estavam arraigados por longa tradição, como na França e na Inglaterra; mas mostraram-se frágeis onde há pouco haviam sido estruturados, a exemplo da Alemanha e da Áustria. Dessa forma, na década de 1930, muitos países abandonaram regimes democráticos, substituindo-os por autoritários, em virtude de julgarem-se incapazes de solucionar a crise que se estabelecera.

A crise fora especialmente forte na Alemanha, e dela aproveitou-se o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nazista), de natureza fascista, liderado por Adolf Hitler, para chegar ao poder.

O Partido Nazista, fundado no pós-guerra por indivíduos de tendências nacionalistas (dentre os quais muitos veteranos da Primeira Guerra Mundial), não tivera votações expressivas até 1929. Devido a isso, Hitler e seus seguidores tentaram chegar ao poder por meio de um golpe em 1923 (Putsch de Munique), mas fracassaram.

Nas eleições de 1933, o Partido Nazista esforçou-se para convencer o eleitorado de que tinha as soluções para a crise econômica alemã. Paralelamente instigava o espírito nacionalista do povo alemão, ainda frustrado pelo Tratado de Versalhes (segundo Hitler, a Alemanha não havia sido derrotada na Primeira Guerra Mundial nos campos de batalha, mas sim traída por inimigos internos, que solaparam suas instituições e assinaram a rendição). Os apelos dos nazistas surtiram efeito e os candidatos do partido receberam expressivas votações. Diante do sucesso de seu partido, Hitler foi convidado pelo presidente Hindenburg para o cargo de chanceler (chefe de governo).

Após a morte de Hindenburg, em 1934, não houve novas eleições presidenciais, e Hitler passou a acumular os cargos de presidente e chanceler (fato ratificado em um plebiscito). Em seguida, ele tomou uma série de medidas para se perpetuar no poder: dissolveu todos os partidos políticos (com exceção do Nazista), eliminou opositores e suspendeu as liberdades constitucionais.

Depois de tornar-se o líder absoluto da nação (führer), Hitler passou a cogitar a expansão territorial da Alemanha e a objetivar a união dos povos germânicos em um grande Estado, onde pudessem desenvolver todas as suas potencialidades. Esse Estado deveria ser restrito aos germânicos (arianos), considerados, pela doutrina nazista, uma “raça” superior. Para atingir os objetivos, Hitler tencionava conquistar territórios na Europa Oriental e retirar do convívio alemão grupos étnicos minoritários (judeus, eslavos e ciganos), vistos, por ele, como os responsáveis pelas mazelas alemãs.

O prestígio de Hitler cresceu à medida que a economia alemã se recuperava. O governante alemão incentivou as indústrias (principalmente armamentista), estimulou o comércio e desencadeou a construção de numerosas obras públicas, diminuindo substancialmente o número de desempregados. Estas providências surtiram efeitos extremamente benéficos, a ponto da produção industrial alemã, em 1939, só ser superada pela norte-americana.

No Extremo-Oriente, a crise econômica atingiu o Japão, onde se instalou um governo nacionalista-militarista, que tinha como objetivos proporcionar para o país a autossuficiência econômica, a segurança militar e um papel de liderança regional. Para isso, os governantes japoneses estabeleceram planos expansionistas, que previam o controle da Manchúria (território chinês, rico em xisto petrolífero, carvão e ferro), das Índias Orientais (colônia holandesa, com enormes reservas de petróleo), da Indochina (colônia francesa, grande produtora de borracha), e da Birmânia e Malásia (colônias britânicas, com grandes reservas de estanho, tungstênio e bauxita). Esta expansão, consideravam os líderes nipônicos, deveria ter como base a Coreia, onde os japoneses estavam firmemente instalados desde a Guerra Russo-Japonesa.

No período entreguerras, muitas discussões ocorreram sobre o aperfeiçoamento de doutrinas militares. Especial atenção foi dada ao emprego dos carros-de-combate e dos aviões, engenhos que se mostraram importantes na Grande Guerra.

O potencial do emprego combinado da aviação, dos carros-de-combate e da infantaria fora visualizado ainda durante o primeiro conflito mundial pelo militar inglês J. F. C. Fuller. Este oficial apresentou, em 1918, ao general Foch, comandante aliado, um plano de uma grande ofensiva a ser executada em 1919, nos quais aviões e carros-de-combate teriam um papel decisivo. A ofensiva planejada por Fuller seria iniciada pela aviação, que bombardearia ferrovias, rodovias, centros de transporte e quartéis-generais, a fim de desorganizar as posições defensivas e comprometer o fluxo de suprimentos e de tropas inimigas. Em seguida, seria lançado um ataque em massa a ser executado por cerca de cinco mil carros-de-combate (de novo modelo, com velocidade de até 30 km/h e maior autonomia), que teriam como missão abrir brechas no dispositivo defensivo inimigo. Uma vez atingida a retaguarda inimiga, os blindados deveriam causar a maior confusão possível, visando desestruturar as linhas oponentes. Infantes transportados em viaturas-qualquer-terreno seguiriam os carros-de-combate para apoiá-los. A aviação, após realizar os bombardeios preliminares, deveria também apoiar o avanço dos carros-de-combate e das tropas que os seguiam, orientando-os a seus objetivos, protegendo-os da artilharia inimiga, suprindo-os e transmitindo-lhes informações. O ataque seria lançado de surpresa, sem preparação de artilharia. Após o sucesso do primeiro escalão de ataque, seriam lançados outros, para se manter a continuidade de esforços.

Também durante a Grande Guerra, o general William Mitchell, comandante da Força Aérea Norte-Americana, organizou tropas aerotransportadas para serem lançadas à retaguarda das posições alemãs na região de Yprés. Uma divisão de paraquedistas foi treinada para atuar em 1919.

Os planos e ideias de Fuller e de Mitchell, todavia, não foram postos em prática, devido ao fim da guerra em novembro de 1918.

No pós-guerra, Mitchell e o general italiano Giulio Douhet formularam doutrinas nas quais enfatizavam a importância das forças aéreas em um futuro conflito. Embora discordassem em diversos aspectos, os dois pensadores chegaram à conclusão de que,

em uma futura guerra, seria crucial obter-se a supremacia aérea, o que possibilitaria o lançamento de pesados bombardeios sobre a infraestrutura econômica do inimigo. Com tal ação, poderiam enfraquecer o esforço de guerra e as forças armadas do oponente, pontos vitais para se chegar à vitória.

Após a Primeira Guerra Mundial, as potências mundiais seguiram diferentes caminhos em relação ao preparo de suas forças armadas e às estratégias militares. Nos países vitoriosos, houve a tendência de manter-se métodos de combate com ênfase na defensiva; enquanto, nos derrotados, procurou-se refletir sobre novas concepções de combate, dando-se prioridade à ofensiva. Além disso, alguns países deram grande importância, outros não, ao aperfeiçoamento de aviões, armamentos, equipamentos de comunicações e viaturas blindadas e motorizadas.

Destarte, os franceses, envoltos por ideias pacifistas e de desarmamento, prenderam-se a uma doutrina defensiva, preocupando-se, basicamente, em construir a Linha Maginot, uma sólida posição defensiva linear, que se estendia da Suíça à Bélgica, ao longo da fronteira com a Alemanha.

Os ingleses procuram aprimorar a força aérea e a marinha, mas, em compensação, não deram a atenção devida ao exército. Os norte-americanos, por terem adotado uma política isolacionista, não investiram pesadamente na modernização do exército. Não constituíram, por exemplo, divisões blindadas; a Marinha e a Força Aérea estadunidenses, entretanto, receberam maiores recursos, conseguindo equipar-se com porta-aviões e aeronaves modernas.

Os japoneses procuraram equipar, adestrar e modernizar as forças armadas, conseguindo tornar sua marinha a terceira maior do mundo. Os soviéticos investiram maciçamente no reaparelhamento de seu aparato militar, dando ênfase à produção de carros-de-combate e de aviões. Também dedicaram-se à organização de uma base industrial nos Urais e na Ásia, que deveria dar suporte a ações bélicas.

Os alemães encontraram maiores dificuldades para iniciar a reestruturação das forças armadas, pois o Tratado de Versalhes impunha-lhes uma série de restrições que pareciam inviabilizar qualquer tentativa nesse sentido. O Exército Alemão ficou restrito a cem mil soldados e proibido de se equipar com carros-de-combate e artilharia pesada; a Marinha poderia ter um efetivo máximo de quinze mil homens e somente seis navios de guerra; e a Força Aérea não poderia existir.

As restrições do Tratado de Versalhes, no entanto, não surtiram os efeitos desejados, pois foram ludibriadas pelos alemães, que firmaram acordos militares secretos com os soviéticos, pelos quais foram autorizados a instalar fábricas, desenvolver equipamentos militares e treinar tropas e pilotos na URSS (em contrapartida, os alemães instruíam tropas soviéticas), passaram a treinar os seus militares dois níveis acima de seu posto, a fim de dispor de um grande número de comandantes aptos a enquadrar civis convocados para o serviço militar, e incentivaram agremiações recreativas, como clubes aeronáuticos, onde se ensinavam as primeiras lições aos futuros membros das forças armadas.

Além disso, o Estado-Maior Alemão não foi dissolvido e seus membros passaram a refletir e tirar lições da Primeira Guerra Mundial e dos conflitos bélicos, que a partir da década de 1930, começaram a suceder-se.

Ao analisarem a Grande Guerra, os pensadores militares alemães concluíram que os conflitos passaram a ter um caráter total. Era preciso, portanto, preparar a nação econômica, política e psicologicamente para a guerra, a fim de que as ações das Forças Armadas fossem respaldadas por todos os setores nacionais. Outro ensinamento colhido foi o da importância de ter-se carros-de-combate e aviões modernos. Envoltos por tais considerações, os alemães, ao contrário de ingleses e franceses, procuraram preparar sua nação, em todos os aspectos, para a guerra e esforçaram-se para desenvolver novos processos de combate, nos quais enfatizaram o emprego combinado da aviação e de tropas blindadas.

No cenário internacional, a partir da década de 1930, diversos eventos, gradativamente, fizeram as tensões aumentarem.

Em 1931, os japoneses deram início a seus projetos expansionistas ao invadirem o território chinês da Manchúria, onde criaram um estado títere, denominado Manchukuo. Em seguida, passaram a avançar sobre outras áreas chinesas, intensificando o conflito. A Liga das Nações interveio, mas mostrou-se incapaz de solucionar a crise (os japoneses deixaram de ser membros da Liga em 1933, após serem questionados sobre suas agressões à China).

O sucesso da expansão japonesa e a fraqueza demonstrada pela Liga das Nações encorajaram Mussolini a atacar, em 1935, a Abissínia (Etiópia), que foi subjugada e incorporada ao império colonial italiano. Novamente a Liga das Nações não tomou providências sérias, limitando-se a decretar leves sanções econômicas à Itália.

A guerra chegou ao continente europeu em 1936, quando irrompeu um sangrento conflito ideológico na Espanha (Guerra Civil Espanhola). De um lado posicionaram-se os partidários do governo republicano (socialistas, comunistas, anarquistas, voluntários internacionais, e separatistas bascos e catalães), apoiados materialmente pela URSS; do outro, forças nacionalistas (militares e adeptos da Igreja Católica e da direita política) apoiados militarmente (com homens e equipamentos) pelos governos da Itália e da Alemanha.

Os nacionalistas, liderados pelo general Francisco Franco, iniciaram o conflito tendo em vista tirar do poder os republicanos, acusados de comunistas e anticlericais.

MUSSOLINI E HITLER



O conflito estendeu-se até 1939 e terminou com a vitória dos nacionalistas. Para os militares alemães, a guerra na Espanha serviu como campo de prova para novas armas e táticas, que, desde o final da Primeira Guerra Mundial, vinham desenvolvendo. A Força Aérea Alemã, por exemplo, arrasou a cidade de Guernica, mostrando todo o potencial dos bombardeios aéreos. A França e a Inglaterra, governadas por líderes democráticos e pacifistas, não intervieram na Guerra Civil Espanhola.

No entreguerras, ingleses e franceses adotaram uma política de apaziguamento, da qual Hitler se aproveitou para implementar projetos expansionistas. Entre os anos de 1934 e 1939, por meio de plebiscitos ou intimidações, o governante alemão remilitarizou a Renânia (algo proibido pelo Tratado de Versalhes), anexou o Sarre, a Áustria, os Sudetos e Memel (territórios habitados predominantemente por alemães, os dois últimos, respectivamente, da Tchecoslováquia e Lituânia.). Tudo isso foi realizado sem que franceses e ingleses tomassem qualquer medida em represália. Ademais, em 1935, o líder alemão declarou publicamente que seu país se rearmaria e reintroduziria o serviço militar obrigatório.

No ano de 1939, Mussolini ocupou a Albânia, e Hitler ocupou a Tchecoslováquia, atos que geraram um ambiente extremamente tenso na Europa. A Liga das Nações, a esta altura, estava totalmente desacreditada. Hitler voltou-se então para a Polônia, aliada de ingleses e franceses, a fim de recuperar territórios que os alemães foram obrigados a ceder aos poloneses, quando do término da Primeira Guerra Mundial. No dia 1º de setembro de 1939, após concluir um pacto de não-agressão com a URSS e aliar-se com a Itália (Pacto de Aço), Hitler ordenou a invasão da Polônia. Imediatamente ingleses e franceses declararam guerra à Alemanha, dando início a Segunda Guerra Mundial.